

Resenha

História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate

autor	Marcus A. Taborda de Oliveira. Serlei M. Fischer Ranzi (orgs.)
cidade	Bragança Paulista
editora	EDUSF
ano	1999

Com quantos e quais elementos se faz uma *história das disciplinas escolares*? Configurações de um campo de pesquisa, orientações teórico-metodológicas, leis, regulamentos, currículos, programas, livros didáticos, métodos, impressos, memória, sujeitos evidenciando o vivido, o produzido. São alguns dos elementos que se unem, se acomodam nesse amálgama ainda em formação, nessa nova orientação de pesquisa dentro da história da educação. Tais elementos emergem à superfície pelos nove artigos que compõem o livro *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*, organizado por Marcus Aurelio Taborda de Oliveira e Serlei Maria Fischer Ranzi. Constituindo-se um suporte para os artigos subseqüentes, o texto de Circe Maria F. Bittencourt propõe-se, em uma primeira abordagem, a dar conta do processo de configuração do campo de pesquisa sobre disciplinas escolares. Conforme a autora, o crescimento dos estudos que tomam as disciplinas como objeto de investigação evidencia-se nos anos de 1970 e 1980, em um momento em que se passa a repensar o papel da escola em suas especificidades e como espaço de produção de saber e não como mero lugar de reprodução de conhecimentos expostos externamente. Que fator então teria levado a direcionar o foco das análises para a escola, isto é, considerá-la ponto de partida para reflexões? Considera-se aí que massificação do ensino teria levado a escola a viver um momento de crise no que tange à definição do seu papel.

A escola, a partir de então, recebendo um público heterogêneo, uma vez pensada e criada pela e para a elite, precisava, conseqüente-

mente, tomar uma nova direção. É sintomático, portanto, segundo Circe Bittencourt, querer apreender e compreender os novos tempos da escola em uma dimensão histórica. Questões de permanências e de rupturas, principalmente em relação aos currículos, são, nesse contexto, erigidas. Logo, as disciplinas escolares tornam-se objeto de interesse dos pesquisadores, na tentativa de compreender ou justificar o papel de cada uma delas nesse processo de reorganização pelo qual passava a escola. Diante desse quadro a autora vislumbra o surgimento de pesquisas em vários países concomitantemente. Em um segundo momento do artigo, ela aborda a diversidade de enfoques no tratamento das disciplinas escolares, tendo em vista as diferentes concepções dos autores a esse respeito. Nesse sentido, destacam-se, principalmente, as propostas por Yves Chevillard. Esse autor concebe a disciplina escolar unilateralmente, como mera transposição didática do saber científico, o que confere à didática o objetivo fundamental de criar formas de transpor o conhecimento de modo que evite a distância entre o saber erudito e o que será ensinado. Contrapondo fortemente essa visão, encontram-se as concepções defendidas por André Chervel e Dominique Julia, os quais concebem a escola como lugar de produção de cultura, a saber, uma cultura escolar.

Trazer à tona a experiência, as apropriações feitas pelo sujeito escolar, para construir, assim, uma história das disciplinas de determinada instituição escolar tem sido um dos objetivos comuns, almejados pelos pesquisadores. Tal objetivo seria comum se esse sujeito não fosse Descartes, dando-nos o seu parecer, ou melhor, apresentando suas críticas sobre os saberes ensinados no Colégio De La Flèche, uma das mais importantes escolas da Europa da qual ele era aluno. Eis, pois, uma das propostas do artigo de Kazumi Munakata, cuja fonte para a investigação é um relato autobiográfico do sujeito-aluno, no caso Descartes. Assim, Munakata inicia a análise das disciplinas escolares do Colégio De La Flèche, dentre as quais merecem destaque: as línguas, a eloquência e a poesia, as matemáticas, a teologia, a filosofia, a jurisprudência, a medicina e as outras ciências. O texto desdobra-se em seguida em uma análise do percurso dos saberes na França, da forma como se configuram e se (re)configuram historicamente. Ao concluir o texto, o autor sugere que, nas tentativas de rupturas ou permanências do currículo vigente, é necessário que se leve em conta o modo histórico pelo qual ele se estabelecera.

Fornecendo uma análise mais descritiva, Alcione Luís P. Carvalho objetiva verificar a influência de um sistema teórico – a teoria do ciclo geográfico – elaborada por Willian Morris Davis, na Geografia escolar brasileira, pelo viés dos manuais de metodologia de ensino de geográfico. A propósito, chama a atenção do leitor, no desdobramento do título “O irresistível apelo pedagógico da teoria do ciclo geográfico o uso do adjetivo irresistível”. Nessa frase, ele remete à idéia de apropriação, de uma aceitação por parte de quem foi dada a ocasião de uma relação com tal teoria. Nesse caso, seriam os sujeitos escolares, professores e alunos, sobretudo, a quem os manuais didáticos se destinam. Entretanto, aprofundando a interpretação, verifica-se que a expectativa criada pelo uso dessa palavra não é respondida ao longo do trabalho. Na verdade, trata-se de uma investigação unilateral, ou seja, o autor estuda apenas dos conteúdos dos livros, o que, aliás, ele apresenta claramente como o objetivo do seu estudo. Afinal, quem não resistiria, então, ao apelo da teoria? Não teria o autor, talvez, deixado escapar a sua apropriação da teoria em questão? Ao concluir que o sistema teórico de Davis teve influência decisiva e predominante na disciplina acadêmica geomorfologia por meio dos manuais de ensino, o autor fornece pistas claras da sua concepção unilateral de disciplina escolar, ou seja, apenas como uma transposição didática de conteúdos.

Em contrapartida, a análise das reformas curriculares e criação de novas disciplinas escolares aproxima o estudioso da fala de Viñao Frago¹ quando ele diz que *as disciplinas escolares são espaços de poder, de um poder a ser disputado*. Mas a quem é delegado o poder de incluir ou retirar disciplinas de um currículo escolar? Ainda sobre esse tema, trazendo para o debate o ensino das disciplinas de humanidades, Maria do Carmo Martins analisa as mudanças operadas no currículo escolar pela ditadura militar brasileira (1964-1985) que substituiu as tradicionais disciplinas história e geografia preservando aquelas de estudos sociais (ES), educação moral cívica (EMC) e organização social e política brasileira. O fato é que, dado o caráter epistemológico e científico de tais disciplinas, elas não en-

1. VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, 1995.

contram respaldo na comunidade acadêmica do país, e, conseqüentemente, não chegam a se configurar como disciplinas acadêmicas e tornaram-se, na realidade, áreas de formação de professores, estabelecendo-se em forma de licenciaturas curtas. Analisar historicamente currículos escolares permite, conforme a autora, vislumbrar: a configuração dos saberes escolares no momento de sua proposição, os diferentes sujeitos envolvidos no processo, os jogos de interesse e as relações de poder que são estabelecidas. Nesse sentido, a criação de novas disciplinas pela ditadura militar brasileira deverá ser entendida, além de vinculada aos objetivos de ensino, também voltada para a formação profissional em caráter acelerado, o que viria a demonstrar o esforço de modernização que as elites políticas e culturais do país desejavam implantar no período.

Até que ponto uma norma legal, que estabelece novos parâmetros de ensino, poderá alterar as práticas dos professores e prenunciar um novo estatuto para uma disciplina escolar? Valendo-se do depoimento de professores, Marcos Aurelio Taborda de Oliveira realiza um estudo sobre a redefinição de parâmetros para a prática escolar de educação física, após a criação de uma norma que orienta novos padrões de referência de alcance nacional, realizando, porém, um recorte de espaço e tempo bem específicos, a saber, a rede municipal de ensino de Curitiba, entre o início dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980. Ao analisar o conteúdo do novo programa e as práticas dos professores, o autor direciona o foco para a questão das rupturas e continuidades no funcionamento da educação física como disciplina escolar. Analisando, pois, o programa oficial, Taborda de Oliveira verifica que o discurso idealizador de assepsia social, de saúde, de uma sociedade moralmente higienizada significava retomada do que já estava estabelecido. Porém, uma nova forma de higienismo evidenciava-se, manifestada, agora, pelo viés das práticas esportivas como higienadoras. O autor adverte, contudo, que, analisando o programa oficial, não seria prudente delimitar o velho e o novo higienismo, pois existiria mais uma linha de continuidade. Em contrapartida, percebe-se claramente que a criação dos novos parâmetros significou uma linha divisória, não só para uma (re)configuração da disciplina escolar de educação física, como também para uma afirmação profissional dos professores. Uma disciplina que antes funcionava em caráter de improvisação conquista

então um novo lugar dentro da instituição escolar, ascendendo também, e por isso, a corporação de professores a um novo estatuto profissional. O que o autor procura enfatizar em suas análises é o fato de os professores terem-se constituído como sujeitos ativos e determinantes de todas essas transformações. O processo de mudanças não aconteceu à revelia, para eles; mas, a partir deles, com eles e de acordo com as expectativas deles. Diante de todas essas considerações, cabe reconhecer aqui – mesmo que parcialmente, pois a proposta oficial é externa à escola – a aplicação do conceito de André Chervel², quando ele afirma que as disciplinas escolares se formam no interior da escola, pelas ações dos agentes que dela fazem parte, confirmando, portanto, uma *cultura escolar*.

Trazendo para o debate as etapas históricas da matemática como um saber escolar no Brasil, desde os tempos dos colégios da Companhia de Jesus até a década de 1960, Wagner Rodrigues Valente marca sua presença na história das disciplinas escolares. Primeiramente, faz-se necessário problematizar se era intenção do autor, ao usar o termo *etapas históricas*, direcionar o leitor para os momentos determinantes da matemática como saber escolar, ou para uma análise histórica dos momentos determinantes. Na realidade, o leitor é conduzido por esses dois norteamentos.

Com efeito, iniciando pelo Brasil colônia, o autor, em meio a entrelaçamento de vozes, localiza a matemática dentro da obra pedagógica jesuítica, a qual se orientava para uma educação humanista clássica. Naquele quadro, no qual imperava a formação de cultura geral, a matemática, quando ensinada, prestava-se a uma função especulativa, sendo reorientada posteriormente para um saber técnico de formação de militares para a defesa da colônia. Segundo o autor, ocorreu naquele período a elaboração dos dois primeiros livros de matemática do Brasil, o que vinculou, a partir daí, o ensino de matemática aos livros didáticos. Uma mudança de *status* da disciplina ocorreu no pós-independência, quando planejavam criar universidades no país, e a matemática veio a se integrar em uma cultura escolar clássico-literária, ocorrendo, portanto, uma valorização das ciências no currículo escolar.

2. CHERVEL, A. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, 1990.

A propósito, um dado importante que concorre para reforçar o conceito de cultura escolar é a ação de um agente escolar. Nesse caso, Valente destaca a influência do professor de matemática Raja Gabaglia, do Colégio Pedro II, no processo de consolidação da matemática como disciplina escolar. Em seguida, situando a matemática a partir das reformas educacionais Francisco Campos e Capanema, o autor deixa aberto um convite à investigação sobre o impacto do Movimento da Matemática Moderna no cotidiano escolar brasileiro.

As dificuldades, de acordo com Dominique Julia³, no fazer de uma história das disciplinas escolares, “reside em que se deve manter juntos todos os fios dessa história sem abandonar nenhum deles”. Essas dificuldades parecem, no entanto, ser bem superadas pela pesquisadora Deise C. L. Picanço, quando se propõe a realizar um estudo sobre o espanhol como disciplina escolar no Paraná. Para compor a sua pesquisa, apela para fontes tais como: legislações, editais, currículos, programas, livros didáticos, jornais, revistas, depoimento de sujeitos envolvidos “pessoal ou profissionalmente com o ensino de espanhol”. No trato dessas fontes, entrelaçam-se vozes como as de Viñao Frago, Bakhtin, Roger Chartier, entre outras. Posto isso, ao analisar, historicamente, a configuração do espanhol como disciplina escolar, a autora apresenta, inicialmente, um breve panorama sobre o ensino de línguas no Brasil, situando nesse contexto como os fatores políticos e econômicos contribuíram para as continuidades e as rupturas do espanhol como saber escolar. À guisa de exemplo, a criação, nos anos de 1990, do bloco econômico Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que determinou o ingresso do espanhol em várias escolas públicas e particulares, consolidando-o, então, como uma disciplina escolar. Questões de rupturas, também apontadas nos métodos de ensino de línguas (verifica-se um diálogo estabelecido com a lingüística), são construídas a partir das apropriações feitas pelos sujeitos escolares. Ao realizar esse procedimento na construção de seus estudos a autora fornece pistas sobre a sua orientação investigativa.

3. JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C. (org.). *Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Com a proposta de delinear o percurso da física na perspectiva dos livros didáticos utilizados no Brasil, Wagner Wuo empenhou-se em traçar, primeiro e brevemente, a história das ciências, ou melhor, daquilo que identificamos hoje, segundo o autor, como ciência natural, remontando às origens, ou seja, às especulações dos filósofos gregos. O autor aponta os séculos XVI e XVII como os períodos nos quais se estabeleceu a noção de ciência tal qual a identificamos hoje. Nessa época, foram assentados os fundamentos conceituais, metodológicos e institucionais da ciência moderna, considerando, principalmente, as elaborações de Galileu, Descartes, Newton e Leibniz. Estes dois últimos foram os responsáveis pelo extraordinário impulso da física como ciência. Centrando-se no seu objetivo de analisar os livros didáticos, o autor preocupou-se com a forma segundo a qual os diferentes conteúdos da física – como *trabalho*, *força*, *inércia* etc. – são aí tratados. Refere-se o autor a proximidades e/ou distâncias do tratamento da física, com o saber científico, não omitindo, contudo, a aplicação dos manuais de ensino no plano escolar. Para essa aplicação é colocada em evidência, de um lado, a importância da apresentação do conteúdo como um facilitador da atividade pedagógica, e, do outro, a dinâmica do professor, a sua apropriação do conteúdo como o fator determinante no processo ensino-aprendizagem.

Por fim, ao desenvolver um estudo sobre a constituição, organização e finalidade da disciplina escolar história no Paraná nas três últimas décadas do século XX, balizada pelas questões *o que ensinar*, *como ensinar*, e *para quem ensinar*, na perspectiva do professor, as pesquisadoras Serlei M. F. Ranzi e Cleusa M. Fuckner remetem o estudioso imediatamente à idéia de um saber escolar sempre em construção. As autoras inferem que os professores são portadores diferentes representações dos professores sobre a disciplina história: existem aqueles que trabalham a história com múltiplas visões sobre o passado e outros que, na direção da concepção tradicional, pensam que a disciplina deve estudar a evolução da humanidade. Direcionando o estudo para a *plasticidade* da prática dos professores, ou seja, como eles se apropriam diferentemente de uma proposta pedagógica oficial, e para a hipótese da existência de tensão e conflito entre o que é formalmente proposto e os agentes chamados a cumprir a norma, no caso, os professores, as autoras direcionam os

pesquisadores, subliminarmente, é claro, para os conceitos de *estratégia* e *tática*, definidos por Michel de Certeau⁴. Segundo esse autor as *estratégias* – nesse caso, as formalidades – seriam elaboradas por aqueles que detêm o poder, para fazer perpetuar esse poder; e as *táticas*, as ações de sobrevivência dos agentes chamados a obedecer, “os diferentes modos de fazer” com essas formalidades.

Concluindo, se a intenção dos organizadores desses estudos sobre a história das disciplinas escolares era fornecer subsídios para o debate, deve-se assinalar que a publicação desses artigos – uns mais horizontais e descritivos, outros verticalizando em suas análises e dialogando com conceitos da pesquisa histórica – ultrapassam o objetivo pretendido contribuindo para estabelecer e fortalecer a perspectiva de investigação que se quer fazer presente.

Rita Cristina Lima Lages
Mestranda em educação
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

4. CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. São Paulo: Vozes, 1994.